

# Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo

## Theory of Communicative Action (Habermas): consensus, utopia, paradigm

\*Gustavo Luis Gutierrez

\*\*Marco Antonio Bettine de Almeida

---

**Resumo:** Este artigo não pretende analisar o conjunto da obra de Habermas. Trata-se de pensar exclusivamente a Teoria da Ação Comunicativa (TAC), primeiro, em relação aos teóricos em que afirma fundamentar-se, depois, no sentido da sua própria articulação lógica interna e, finalmente, em relação ao seu objeto de pesquisa, a realidade social. Procura demonstrar que a TAC executa dois giros conceituais essenciais: (a) um ao limitar o agir estratégico ao espaço da economia e da política e (b) outro ao definir cultura, sociabilidade e subjetividade como dimensões constituídas no mundo da vida.

**Palavras chaves:** Teoria da Ação Comunicativa, Habermas, consenso, paradigma, utopia.

**Abstract:** This article does not intend to analyze the Habermas' bodywork. But thinking exclusively the Theory of Communicative Action (TAC) first in relation to the theoretical ones that affirms to be based, later in the sense of his own logical articulation interns and finally in relation to his object of researches, the social reality. Its tries to demonstrate that TAC executes two conceptual turns essential: (a) one when limiting acting strategic to the space of the economy and the politics and (b) when defining culture, sociability and subjectivity as dimensions constituted in the world of the life.

**Keywords:** Theory of communicative action, habermas, consensus, paradigm , utopia.

---

\* Professor Doutor (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil), Bacharel em Direito (Pontifícia Universidade Católica de Campinas). <glgutierrez@uol.com.br>.

\*\* Professor Titular (Inter-relações lazer e sociedade, FEF/UNICAMP, Campinas, Brasil), Livre Docente (Sociologia, UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília, Marília, Brasil), Doutor (Administração FGV/SP), Mestre (Ciências Sociais, Política, PUC/SP). Endereço postal: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil. CEP 13083-896. <marcobettine@usp.br>.

## Introdução

O original da Teoria da Ação Comunicativa (TAC), de Habermas, é de 1981 e sua tradução ao espanhol, a versão que mais circula por aqui, é de 1987. Isto significa que a TAC é o referencial melhor posicionado no meio acadêmico quando ocorre a derrocada do socialismo real e instala-se a denominada crise do paradigma trabalho. Seu autor desfruta de ampla legitimidade, possui vasta produção, é conhecido por assumir posições políticas progressistas, tem vínculos históricos com a Escola de Frankfurt e pode ser visto como herdeiro da tradicional seriedade do pensamento filosófico alemão. A TAC transborda erudição, passa uma imagem atual ao antecipar a ruptura com a centralidade da categoria trabalho, afastando-se de propostas tradicionais que, naquele momento, pareceram ficar desatualizadas. Apresenta uma exposição sofisticada e complexa e, além de tudo isso, deixa aberta a porta para uma interpretação utópica, ou emancipadora, da realidade social.

A TAC executa, pelo menos, dois giros conceituais muito interessantes. Partindo do pensamento clássico nas ciências sociais, ela rearranja categorias de diferentes autores de forma original. A primeira questão que deve ser destacada é o exílio do conceito weberiano de agir racional com respeito a objetivos para os espaços da economia, política e administração, redefinidos como subsistemas dirigidos pelos meios poder e moeda. O conceito habermasiano de agir estratégico é próximo à definição weberiana que o origina.<sup>1</sup> A diferença mais evidente está no fato de que Weber pensa em termos de atingir um objetivo e Habermas, via Mead, pensa em termos de atingir um objetivo conseguindo que *alter* tenha um comportamento útil a *ego*. A força de a categoria agir estratégico está justamente no fato de, agora, ser utilizada de uma forma mais circunscrita, limitada ao interior dos subsistemas,

Este movimento abre espaço para outro, tão ou mais original. Excluídos os subsistemas (a economia e a política), o que resta não é acessório, mas fundamental. Em termos simples, o que resta é o espaço da cultura, da sociabilidade e da subjetivação. É o espaço da criatividade e da racionalidade, onde falante e ouvinte vão ao encontro, imbuídos das melhores intenções, para construir consensos discursivos. É o espaço da utopia, embora sem autorização explícita do autor.

Convém destacar que este artigo não pretende analisar o conjunto da obra de Habermas, ao contrário do que foi tentado em outros momentos e

---

<sup>1</sup> WEBER, 2009.

por diversos autores.<sup>2</sup> Trata-se, agora, de pensar exclusivamente a TAC, primeiro, em relação aos teóricos em que afirma fundamentar-se, depois, no sentido da sua própria articulação interna e, finalmente, em relação ao objeto de pesquisa a que se destina: a realidade social.

## 1 O que diz a TAC

### 1.1 Uma teoria da ação comunicativa

A TAC, como o próprio nome diz, é uma teoria, ou seja, uma explicação abrangente das relações entre os seres humanos, visando a sua compreensão a partir da utilização de um modelo explicativo específico. É uma teoria que se fundamenta no conceito de ação, entendida como a capacidade que os sujeitos sociais têm de interagirem intra e entre grupos, perseguindo racionalmente objetivos que podem ser conhecidos pela observação do próprio agente da ação. Habermas vai priorizar, para a compreensão do ser humano em sociedade, as ações de natureza comunicativa. Isto é, as ações referentes à intervenção no diálogo entre vários sujeitos. É, portanto, uma teoria da ação comunicativa.

Apesar da enorme erudição de Habermas, ele cita mais de quinhentos e cinquenta autores nos dois volumes, a teoria baseia-se em categorias bastante claras, o que facilita a sua utilização em pesquisas distintas, e até mesmo a apropriação de uma ou outra categoria fora do seu contexto original.

As categorias habermasianas fundamentais são:

- O mundo da vida (MV), onde se dá a busca comunicativa de consensos através da ação comunicativa.
- Os subsistemas dirigidos pelo meio poder (conceito próximo à esfera da política ou o Estado) e pelo meio moeda (idem mercado), onde ocorrem as ações estratégicas enquanto a busca de um comportamento útil no ouvinte, por parte do sujeito falante.
- A especificidade das relações entre o MV e os subsistemas dirigidos pelos meios, onde vamos encontrar a colonização e instrumentalização do primeiro por parte do segundo.

### 1.2 O Mundo da Vida (MV)

O MV é definido a partir dos processos de entendimento e constitui um horizonte “formado pelas convicções de fundo, mais ou menos difusas,

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, LADMIRAL, Jean René, 1967, McCARATHY, Thomas, 1987 e GUTIERREZ, 1999

mas sempre aproblemáticas”.<sup>3</sup> “O MV acumula o trabalho de interpretação realizado por gerações passadas; é o contrapeso conservador contra o risco de desacordo que comporta todo processo de entendimento”.<sup>4</sup> O MV é um grande acervo cultural, não apenas de referências simbólicas, ou definições específicas relacionadas a objetos concretos com os quais os agentes da ação social convivem. Ele é, para Habermas, um acervo de concordâncias, de definições consensuais sobre as quais não é necessário debater para chegar a uma conclusão.

Desde a perspectiva conceitual da ação orientada ao entendimento, a racionalização aparece, antes de tudo, como uma reestruturação do MV, como um processo que atua sobre a comunicação cotidiana através da diferenciação do sistema de saber, afetando assim as formas de reprodução cultural, interação social e socialização.<sup>5</sup>

Com esta definição Habermas abandona a divisão mais comum, na teoria crítica, entre o agir racional com respeito a fins e a razão substantiva. Para ele, a diferença fundamental não está no sentido que orienta a ação, mas no “*princípio de integração social*: entre (a) mecanismos que representam uma comunicação linguística orientada por pretensões de validade, nos quais emergem de forma cada vez mais pura a racionalização do MV e (b) os meios de controle deslinguistizados através dos quais se diferenciam os subsistemas de ação orientados ao êxito”.<sup>6</sup> Trata-se de definir o MV como algo distinto, mais amplo e importante do que uma cultura. Na verdade, no MV, compartilham-se convicções a respeito da realidade imediata, dotadas de absoluto conteúdo de verdade para os participantes de um diálogo.

No segundo volume da TAC, Habermas reforça a definição. O conceito de MV é complementar ao conceito de ação comunicativa<sup>7</sup> “o acervo do saber provê os participantes da comunicação de *convicções de fundo aproblemáticas*, de convicções de fundo que eles supõem garantidas”.<sup>8</sup> “As estruturas do MV fixam as formas de intersubjetividade de entendimento possível (...) o MV é, por assim dizer, o lugar transcendental em que falante e ouvinte saem ao encontro”, “constitui uma rede intuitivamente presente e portanto familiar e transparente, contudo ao mesmo tempo

<sup>3</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 104. Para efeito deste texto foi utilizada a versão em espanhol da *Teoria da Ação Comunicativa*. Todas as citações foram traduzidas ao português, depois de confrontadas com a edição em inglês.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 435.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 437.

<sup>7</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 169.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 178.

inabarcável, de pressupostos que têm de ser cumpridos para que a emissão que se faz possa ter sentido, ou seja, para que possa ser válida”.<sup>9</sup>

### 1.3 Ação comunicativa

O MV é um conceito complementar ao de ação comunicativa. Ambos só podem ser compreendidos em conjunto, as ações comunicativas ocorrem no MV. “A linguagem é um meio de comunicação que serve ao entendimento, enquanto os atores, ao entender-se entre si para coordenar suas ações, perseguem cada um determinadas metas”. Tendo em conta que se trata de uma

comunicação difusa, frágil, constantemente submetida à revisão e só alcançada por alguns instantes, na que os implicados se baseiam em pressuposições problemáticas e não aclaradas, sempre movendo-se aproximadamente desde algo no que ocasionalmente estão de acordo até o seguinte.<sup>10</sup>

A ação comunicativa constitui uma classe de interação “em que todos os participantes harmonizam entre si seus planos individuais de ação e perseguem, portanto, *sem reserva alguma*, seus fins ilocucionários,”<sup>11</sup> onde o êxito ilocucionário

se consegue num plano de relações interpessoais, no qual os participantes na comunicação se entendem entre si sobre algo no mundo ... os êxitos ilocucionários se produzem no MV a que pertencem os participantes da comunicação, que constitui o pano de fundo de sus processos de entendimento.<sup>12</sup>

Na ação comunicativa, “todos os participantes perseguem sem reservas fins ilocucionários com o propósito de chegar a um acordo que sirva de base a uma coordenação combinada dos planos de ação individuais”.<sup>13</sup>

“Para a ação comunicativa só podem considerar-se determinantes aqueles atos de fala aos quais os falantes vinculam pretensões de validade susceptíveis de críticas”.<sup>14</sup> Entendendo, aqui, pretensões de validade susceptíveis de crítica como:

(a) o estabelecimento e renovação de relações interpessoais, nas quais o falante faz referência a algo pertencente ao *mundo* das ordens legítimas,

<sup>9</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 179 e p.186.

<sup>10</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 145.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 376-377.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 376, ver tb. p. 378.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 379.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 391.

(b) a exposição, ou a pressuposição, de estados e acontecimentos, nos quais o falante faz referência ao *mundo* de estados de coisas existentes e (c) a expressão de vivência, isto é, a apresentação que o sujeito faz de si mesmo, na que o falante faz referência a algo pertencente ao seu *mundo* subjetivo, ao que ele tem acesso privilegiado.<sup>15</sup>

Sob o *aspecto funcional do entendimento*, a ação comunicativa serve à tradição e à renovação do saber cultural; sob o *aspecto de coordenação da ação*, serve à integração social e à criação de solidariedade; sob o *aspecto da socialização*, finalmente, serve à formação de identidades pessoais”.<sup>16</sup>

Através da ação comunicativa, o MV é colocado a prova.<sup>17</sup> Os sujeitos da ação comunicativa buscam entender-se e construir uma definição comum de cada situação<sup>18</sup> e chegar a um consenso sobre algo no mundo.<sup>19</sup>

#### 1.4 Sistemas e ação estratégica

A definição de ação estratégica parte do conceito de ação teleológica, ou seja, a ação na qual

o ator atinge um fim, e faz com que se produza o estado de coisas desejado, escolhendo, numa situação dada, os meios mais convenientes e aplicando-os de forma adequada (...) A ação teleológica se amplia e se converte em ação *estratégica* quando no cálculo que o agente faz de seu êxito intervém a expectativa das decisões de, pelo menos, um outro agente que também atua visando a realização de seus próprios objetivos.<sup>20</sup>

As ações estratégicas são características dos atores no interior dos subsistemas dirigidos pelos meios poder e moeda.

Para Habermas, nas sociedades modernas, “surgem âmbitos de organização formal e relações sociais regidas por meios (dinheiro e poder), os quais já não admitem uma atitude de conformidade normativa, nem afiliações sociais geradoras de identidade, senão que, mais bem, (estas atitudes e afiliações) são banidas para a periferia”.<sup>21</sup> É importante, aqui, perceber a diferença com o MV. As ações estratégicas contrapõem-se às ações comunicativas que dependem da construção de um consenso com relação à dimensão normativa que os participantes do diálogo devem seguir. Neste mesmo sentido, a generalização das ações estratégicas

<sup>15</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 394.

<sup>16</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 196.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 198.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 312.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 313.

<sup>20</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 122.

<sup>21</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 218.

invalida também qualquer tipo de lealdade construída a partir da aceitação das questões apromáticas (mundo da vida) compartilhadas entre falante e ouvinte.

Habermas, em alguns momentos, define, de forma bem clara, os dois subsistemas (econômico e estatal) e define a maximização de moeda e a maximização de poder como os meios através dos quais o agente da ação social atua em seu interior, mesmo frente ao empobrecimento da comunicação. Entendemos

o capitalismo e a instituição estatal moderna como subsistemas que através dos meios dinheiro e poder se diferenciam do sistema institucional, ou seja do componente social do mundo da vida. (...) Na sociedade burguesa os âmbitos de ação integrados socialmente adquirem, frente aos âmbitos de ação integrados sistemicamente, que são a Economia e o Estado, a forma da esfera da vida privada e esfera da opinião pública, as quais guardam entre si uma relação de complementaridade.<sup>22</sup>

“Desde a perspectiva dos subsistemas Economia e Estado, as interações com as esferas do mundo da vida com as quais se limitam, em cada caso, se efetuam na forma de relações de intercâmbio conectadas em paralelo: o sistema econômico troca salário por trabalho (como input específico), e bens e serviços (como output específico) pela demanda dos consumidores. A administração pública troca realizações organizativas por impostos (como input específico) e decisões políticas (como output específico) pela lealdade da população.”

“Desde a perspectiva do mundo da vida, em torno a estas relações de troca se cristalizam os papéis sociais de trabalhador e consumidor, por um lado, e de cliente das burocracias públicas e de cidadão por outro.”<sup>23</sup>

É fácil, aqui, visualizar os conceitos de economia e de Estado, assim como a generalização de ações estratégicas em seus interiores, onde os atores buscam maximizar moeda e poder. É também fácil perceber o empobrecimento, no interior dos subsistemas, de componentes do mundo da vida como ética e a construção discursiva de consensos. Como Habermas apresenta estas definições perto do fim do segundo volume da TAC, é natural que elas fixem-se na divulgação e utilização do modelo por outros pesquisadores. Mas a TAC permite interpretações distintas, seja destacando a intenção participativa presente no MV em contraste com o uso estratégico da linguagem nos subsistemas, ou ainda destacando a violência dos subsistemas ao invadir o MV.

É interessante notar que Habermas, umas duzentas páginas antes, apresenta uma explicação da lógica dos subsistemas Economia e Estado, que é dotada de uma especificidade distinta, e que parece ter sido

<sup>22</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 452.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 452-453.

relativizada com o desenvolvimento do modelo. Discutindo o papel do dinheiro, e sua transformação em meio de intercâmbio intersistêmico, ele explica que “o aparelho de Estado se faz dependente do subsistema economia regido por um meio de controle sistêmico; isto o obriga a uma reorganização que conduz, entre outras coisas, a que o poder político fique assimilado à estrutura de um meio de controle sistêmico, o poder fica assimilado à estrutura do dinheiro”.<sup>24</sup> Esta concepção, um pouco mais materialista no sentido em que o termo é utilizado em relação a Marx (sem perder de vista as diferenças fundamentais entre os autores), não parece desenvolver-se completamente no interior da obra de Habermas ou, colocado em outros termos, talvez o filósofo não considere que se realiza completamente no seu objeto de estudo, a sociedade atual.

Habermas, apesar de citar pontualmente esta dependência do subsistema dirigido pelo meio poder ao meio dinheiro, e, inclusive, de forma indireta, as próprias características do MV através dos processos de colonização, não pretende desenvolvê-la mais nos dois volumes. Toda discussão possível parece resolvida com a centralidade do papel da norma jurídica, entendida como expressão do limite entre os subsistemas e o MV, tendo sempre em mente que a norma incorpora componentes sociais do MV e que “dinheiro e poder têm que ficar ancorados como meios no mundo da vida, ou seja, têm que ficar institucionalizados por via do direito positivo”.<sup>25</sup> Isto significa dizer que os limites do que pode ser comprado e vendido, assim como do exercício do poder público, são construídos numa relação com o MV explicitada na norma jurídica.

## 1.5 Relações entre subsistemas e MV

As categorias da TAC, isoladamente, parecem claras e estimulam seu uso em diferentes áreas de pesquisa como educação e organização do trabalho. Porém, sua articulação, de forma coerente no interior da teoria como um todo, é complexa.

É preciso, de início, ter presente que, para Habermas, a relação entre os subsistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro e o MV são difíceis de visualizar, “a avaliação do peso relativo entre integração social e integração sistêmica é um problema difícil que só pode ser resolvido empiricamente”.<sup>26</sup> Mas o fato de que os “meios de controle como o dinheiro e o poder necessitem de uma âncora institucional no mundo da vida parece falar a favor, ao menos em princípio, de uma primazia dos âmbitos integrados socialmente frente aos contextos sistemicamente

<sup>24</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 242.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 543.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 442.



reificados”.<sup>27</sup> Isto é, o MV é mais amplo e importante que os sistemas (em princípio...), já que os meios poder e dinheiro precisam ser ancorados naquele. Apesar do cuidado acadêmico ao usar a expressão *em princípio*, o fato é que a TAC direciona o leitor para a ideia de que os subsistemas são ancorados e, portanto, dependentes do MV.

O subsistema econômico, por meio da sua dinâmica interna, aumenta de complexidade, tanto em expansão como em densidade,<sup>28</sup> até o limite em que o MV oferece uma resistência mais tenaz, por ver afetadas suas funções de reprodução simbólica.<sup>29</sup> Os subsistemas efetuam a colonização do MV, provocando um empobrecimento cultural e a fragmentação da consciência cotidiana, frente ao que se torna necessário “averiguar as condições que permitam a reconexão da cultura racionalizada com uma comunicação cotidiana que necessita de tradições vivas que a alimente”.<sup>30</sup> Os subsistemas economia e Estado extraem o que necessitam do MV, trabalho e disposição à obediência.<sup>31</sup> Este avanço dos imperativos sistêmicos é limitado pela norma jurídica e “seu caráter *inequivocamente* fiador da liberdade”.<sup>32</sup>

Trata-se, em resumo, de uma relação difícil, que deve ser estudada empiricamente, onde os subsistemas colonizam e exploram o MV, tornando-se mais complexos com o passar do tempo. O MV, por sua vez, resiste aos avanços dos subsistemas, conforme expressa a evolução da norma jurídica. Como exemplos desta evolução, podemos citar o avanço na questão dos direitos coletivos e o desenvolvimento de uma legislação específica sobre a prática de assédio no interior das relações de trabalho.

## 2 Alicerces e implicações

### 2.1 A volta aos clássicos

Habermas, no início do livro, declara sua dívida com quatro autores clássicos. “Trato Weber, Mead, Durkheim e Parsons como autores clássicos, ou seja, como teóricos da sociedade que ainda têm algo para nos dizer”.<sup>33</sup> Mais à frente, no segundo volume, ele avisa que o status de Parsons como clássico não é tão indiscutível como o dos outros três.<sup>34</sup>

<sup>27</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 442.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 496.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 497.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 502.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 506.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 510.

<sup>33</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 11.

<sup>34</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 281.

São coisas como esta que dão a Habermas, em alguns ambientes, a fama de ser pouco claro e de esconder pistas. As pesquisas brasileiras em ciências humanas acompanham, com algumas peculiaridades, o que se estuda nos principais centros do mundo. Se alguém, na lista, pode ser questionado quanto a ser um clássico, esse alguém é Mead. Basta dizer que não se consegue achar uma obra sua traduzida ao português.

Habermas parece sincero ao afirmar sua dívida com George H. Mead. Tudo indica que a ideia central de desenvolver um modelo baseado na comunicação e uso da linguagem seja decorrente dessa leitura. Habermas informa-nos que Mead ignora a função de entendimento e a estrutura interna da linguagem ao pensar a comunicação, considerando-a quase exclusivamente sob sua função de integração social e socialização dos sujeitos. Habermas opera, assim, uma mudança de paradigma ao incorporar o conceito comunicativo de racionalidade.<sup>35</sup> Ele destaca o mecanismo de aprendizagem apresentado por Mead, através da compreensão da atitude do outro, citando também os trabalhos de Freud, Piaget e, numa nota de rodapé, Wygotski. Este mecanismo permite a Mead explicar o surgimento da interação mediada simbolicamente através de gestos, ou seja, anterior à linguagem e à escrita.<sup>36</sup>

Ficamos sabendo também que a ideia básica de Mead é bastante simples. “Na interação mediada por gestos a postura do primeiro organismo cobra um significado para o segundo organismo que reage a ele: esta reação comportamental é expressão de como *interpreta* um o gesto do outro”.<sup>37</sup> A seguir, Habermas destaca a passagem histórica da interação mediada por gestos para a interpretação mediada simbolicamente (linguagem), enquanto umbral da civilização e traz a discussão da regulação social de comportamentos. A partir deste ponto, a exposição foca a construção da TAC, dialogando com Durkheim e mostrando ao leitor como Mead “não prestou certamente atenção...”,<sup>38</sup> ou ainda que “não colocou em conexão esta perspectiva teórica...”.<sup>39</sup>

Parece interessante recorrer o caminho inverso, ou seja, tentar perceber em que Habermas *não prestou certamente atenção* no trabalho de Mead, ou *não colocou em conexão a sua perspectiva teórica*. Para Mead, o corpo é um elemento presente e importante na comunicação. Mead acredita que, para explicar os fenômenos mentais, é preciso ter em conta “não só o ato completo ou social, senão também o que ocorre no sistema

<sup>35</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 12.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 47.

nervoso central como começo do ato do indivíduo e como organização do ato”.<sup>40</sup> Para ele

há uma indefinida quantidade de signos ou símbolos que podem servir para o propósito do que chamamos ‘linguagem’. Estamos lendo o significado da conduta das outras pessoas quando, quiçá, estas não têm consciência disso. Há algo que nos revela qual é o propósito – um olhar, a atitude do corpo que leva à reação. A comunicação estabelecida deste modo entre os indivíduos pode ser perfeita.<sup>41</sup>

Habermas, por sua vez, não considera importante refletir sobre o papel do corpo como elemento que interfere ou condiciona a comunicação humana. E quando o faz, rapidamente, parece associar esta forma indireta de comunicação (sinais utilizando o corpo) com a intenção estratégica de obtenção de um comportamento útil no outro.<sup>42</sup>

Podemos sugerir que Habermas, na TAC, a partir dos autores que considera clássicos, adota, de forma mais ou menos direta, a centralidade da ideia da comunicação linguística presente em Mead, a importância da ação social conforme desenvolvida por Weber, o papel da solidariedade como elemento fundamental para a integração social característico do pensamento de Durkheim e, finalmente, o conceito de sistemas de Parsons relacionado à definição da economia e da administração pública.

O resultado final é uma teoria cuja categoria central é a ação comunicativa como definição complementar do MV, compreendido como o espaço de integração social, que mantém uma relação de tensão com as esferas sociais integradas sistemicamente. É importante destacar que, para Habermas, a integração social do MV baseia-se na solidariedade. “A coordenação das ações e a *estabilização das identidades de grupo* têm aqui (no MV) sua medida na solidariedade dos membros, o que fica evidente nas perturbações da integração social, que se traduzem em *anomia* e nos conflitos correspondentes”.<sup>43</sup> O MV, enquanto espaço que fornece as informações aproblemáticas necessárias para o diálogo, é o primado da solidariedade, onde o conflito representa o fracasso da busca comunicativa de consensos, ou seja, uma anomia. Isto não se aplica aos subsistemas, onde encontramos a generalização das ações estratégicas e os correspondentes movimentos de engodo e manipulação.

Habermas vai colocar sob o paradigma do entendimento a cultura, a integração social e a própria construção da personalidade individual. Levando em conta que este paradigma possui um elemento libertário

<sup>40</sup> MEAD, s/d, p. 58.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 60 e 61.

<sup>42</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 370.

<sup>43</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 200 ver tb. p. 198.

(subjetividades intactas, participação livre de coerções) e igualitário (todos têm direito igual à participação argumentativa na construção dos consensos), não é estranho o fato de algum leitor enxergar uma inspiração utópica no modelo.

Mas quando este leitor, entusiasmado com a TAC, observar as relações sociais na realidade concreta é provável que os processos de colonização do MV, o empobrecimento cultural e a fragmentação da consciência das pessoas chamem-lhe bastante a atenção. Ele poderia voltar ao texto do filósofo e perguntar (parafraseando um livro conhecido): O que fazer? E a TAC responde que se trata de uma relação difícil, que só pode ser entendida empiricamente. Mas sempre respeitando a norma jurídica, fiadora inequívoca da liberdade. Há, aqui, ao que tudo indica, uma tensão interna ao modelo que é interessante de ser observada. Todos os componentes do modelo são relativos. A TAC não é uma metateoria porque se fundamenta na observação da ação comunicativa e as relações entre sistemas e mundo da vida são complexas e devem ser percebidas na realidade concreta. Já a definição da norma jurídica, na sociedade contemporânea (entendida como o estado social e democrático de direito) é absoluta. Ora, é mais ou menos claro que os funcionários públicos e os gestores que atuam no campo da administração da justiça convivem com uma dimensão política de busca de poder, e outra econômica de maximização de moeda. A partir da definição de Habermas fica a impressão de que, neste caso específico (de construção e aplicação da norma jurídica), a lógica sistêmica não interfere na ação dos sujeitos sociais.

## 2.2 Paradigma

Habermas não aceita que sua obra tenha uma dimensão normativa, limitando as possibilidades da pesquisa a estudar o que, de fato, já ocorreu no mundo. A TAC não é, então, uma metateoria,<sup>44</sup> ou uma teoria política a partir da qual uma vanguarda esclarecida poderia impulsionar a revolução, ou adiantar os caminhos da emancipação humana.

Habermas insiste nisso. Ele, na verdade, constrói uma espécie de trincheira para colocar a salvo a TAC de qualquer pretensão, tanto de transformá-la numa macroexplicação da sociedade no campo de conhecimento, como de pretender apresentar alguma prescrição política ou normativa. Esta posição fundamenta-se na categoria ação comunicativa, cujo desenvolvimento ilustra:

- (a) a racionalidade comunicativa capaz de fazer frente às reduções cognitivo-instrumentais da razão;

---

<sup>44</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 9.

- (b) um conceito de sociedade articulado em dois níveis, caracterizados pelos paradigmas dos subsistemas dirigidos por meios poder e moeda, e do mundo da vida e
- (c) uma teoria da modernidade que explica as patologias sociais.<sup>45</sup>

A TAC, através da categoria ação comunicativa, está ancorada diretamente no real, e não numa representação ou percepção pessoal do que consiste este real. Não se trata de uma metateoria justamente por ter este *pé no chão*, esta dimensão pragmática, ilustrada pela observação da construção argumentativa de consensos entre subjetividades intactas, em condições de liberdade, no âmbito do mundo da vida. Este apoio no concreto, contudo, não vai transformar Habermas num autor empirista.

É importante, neste contexto, detalhar o uso da expressão paradigma. Para o autor, a TAC não apresenta um paradigma, e nem tampouco compartilha paradigmas com outras teorias no campo. A TAC faz referência à realidade social concreta e, nesse espaço, percebe dois paradigmas distintos: o do mundo da vida e o dos subsistemas dirigidos pelos meios. Habermas, na verdade, subvaloriza a ideia de paradigma, colocando-a num patamar de importância próximo ao das categorias de análise. E, assim, parece situar a TAC num nível acima das diferentes escolas de pensamento no campo das ciências sociais, a exemplo do marxismo, organicismo e da sociologia compreensiva.

Habermas vai definir o paradigma nas ciências sociais como reflexo da compreensão de mundo e de si mesmo que fazem os coletivos sociais. Vai falar também da adoção do “paradigma da filosofia da linguagem, do entendimento intersubjetivo ou comunicação, (onde) o aspecto cognitivo-instrumental fica inserido no conceito mais amplo de *racionalidade comunicativa*”.<sup>46</sup> E, quando se refere à TAC, associa o conceito de paradigma às categorias de análise e não à teoria como um todo. Já, ao falar de outros momentos sociais e dos grandes teóricos, o conceito de paradigma é utilizado de forma diferente. Por exemplo, para Habermas, nas “sociedades arcaicas os mitos cumprem de uma forma paradigmática a função de fundar unidade, própria das imagens de mundo.”<sup>47</sup> Esta mesma ideia de paradigma com a função de fundar uma unidade surge quando compara o paradigma na física moderna e o paradigma no campo das ciências sociais.

Por um lado, o conflito entre paradigmas tem, nas ciências sociais um significado diferente que na Física moderna. A originalidade dos grandes

<sup>45</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 10.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 497.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 71.

teóricos da sociedade, como Marx, Weber Durkheim e Mead, consiste, da mesma forma que nos casos de Freud e Piaget, em que introduziram paradigmas que de certo modo continuam competindo hoje *em pé de igualdade*. Estes teóricos continuam sendo contemporâneos nossos ou em todo caso não se tornaram históricos no mesmo sentido que são Newton, Maxwell, Einstein ou Planck, que conseguiram progressos no desenvolvimento teórico de um mesmo paradigma básico.<sup>48</sup>

Fica evidente, aqui, que paradigma faz referência à ideia central e fundadora do modelo de explicação teórica das relações sociais. Os grandes teóricos nas ciências sociais apresentam paradigmas originais que continuam sendo debatidos até hoje. No mesmo parágrafo, Habermas vai apontar a conexão interna dos paradigmas com o contexto social e sua importância para a compreensão que os coletivos sociais fazem do mundo e de si mesmos.

É importante destacar dois aspectos. Primeiro, que a definição de paradigma adotada por Habermas para as ciências da natureza, entre elas, a física, não coincide com a aceção mais conhecida, apresentada por Thomas S. Khun em seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1996). Habermas, entre os quinhentos e tantos autores que usa, cita este livro, mas sem destaque. Para Habermas, os paradigmas nas ciências da natureza sucedem-se, com o seguinte substituindo o anterior, diferentemente das ciências sociais onde eles convivem durante longo tempo. Esta mesma concepção pode ser percebida em outros momentos.<sup>49</sup>

Outro aspecto importante é o fato de que, para Habermas, o paradigma, desenvolvido pelo pesquisador, está presente, pelo menos em parte, na realidade social que o rodeia.

Daí que para toda teoria da sociedade a *conexão com a história da teoria* represente também uma espécie de teste. Quanto maior for a naturalidade com que pode recolher, explicar, criticar e prosseguir ideias de tradições teóricas anteriores, tanto mais imunizada se verá contra o perigo de que na própria perspectiva teórica só se façam valer, sub-repticiamente, interesses particulares.<sup>50</sup>

É uma postura coerente de Habermas. Ele reforça a presença e importância do mundo da vida antes mesmo de ter apresentado o conceito em seu livro. “O cientista social se encontra com objetos *estruturados já simbolicamente*; estes encarnam estruturas de um saber preteórico, com cuja ajuda os sujeitos capazes de linguagem e ação constituíram esses

<sup>48</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 195.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 71 e p. 256.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 195.

objetos”.<sup>51</sup> Fica clara, aqui, sua diferença com o materialismo dialético, ou qualquer outra teoria que se pretenda vanguarda da transformação revolucionária da sociedade. E mantém seu compromisso com uma ciência constituída historicamente, através da reapropriação dos autores clássicos, cujo teste definitivo será o acolhimento das ideias pelo meio social que ele estuda e retrata. De resto, fica claro também que rupturas radicais com o passado não são bem vindas no campo da teoria.

Esta volta ao redor da questão do paradigma parece atender, antes de tudo, à ideia primeira de apresentar a TAC como uma teoria da modernidade fortemente arraigada na realidade concreta, tendo a ação comunicativa como categoria central. A intenção de filiar-se à filosofia da linguagem caminha no sentido de permitir uma maior abrangência e autonomia ao modelo, ao mesmo tempo em que não se compromete, de forma explícita, com as escolas de pensamento clássicas, as quais só são utilizadas na construção da TAC após corrigir os equívocos cometidos pelos autores.

Um modelo de explicação da realidade, que não seja puramente empírico, começa adotando uma explicação fundamental das relações sociais e da natureza humana, que vai dar-lhe sustentação conceitual. Ou seja, um paradigma. Quando Habermas fala em paradigma da filosofia da linguagem, na realidade, está falando, como ele mesmo esclarece, no entendimento intersubjetivo como elemento a partir do qual poderia ser construída a compreensão do real. Esta definição de paradigma é correta em si mesma, mas é questionável que esta seja, de fato, a definição de paradigma em que se apóia a TAC. Convém notar que, em nenhum momento das mil páginas dos dois volumes, o autor observa alguém falando na realidade concreta. Habermas aponta também dois paradigmas distintos na sua teoria, um referente ao mundo da vida (paradigma comunicativo) e outro referente aos sistemas (paradigma sistêmico).

Três questões chamam a atenção nesta discussão sobre paradigma:

- (a) A TAC apoia-se num referencial metodológico específico e original, justamente o elemento que lhe permite desenvolver a sua argumentação de forma coerente. Esta lógica do modelo não coincide nem com a racionalidade presente nas categorias do modelo (subsistemas e mundo da vida), e nem tampouco com as ações dos sujeitos sociais pesquisados (que teria de ser percebida empiricamente).
- (b) O mundo da vida e os subsistemas, para Habermas, são espaços rigidizados por lógicas distintas e, até certo ponto, opostas. O uso

---

<sup>51</sup> HABERMAS, 1988, v. I, p. 154.



da linguagem não se confunde no interior de cada um deles (uso comunicativo *versus* estratégico).

- (c) Mundo da vida e subsistemas não possuem, na TAC, o mesmo status epistemológico para a explicação do real. “O mundo da vida é, por assim dizer, o lugar transcendental em que falante e ouvinte vão ao encontro”.<sup>52</sup> E os sistemas funcionam ancorados no mundo da vida, colonizando sua riqueza.<sup>53</sup>

Portanto, é no mundo da vida, espaço da ação comunicativa como categoria central do modelo, onde vamos encontrar a definição do paradigma que caracteriza a teoria. Pois bem, para Habermas, o mundo da vida (concordando com uma interpretação de Parsons) é um espaço sadio que não admite formas patológicas de estabilização,<sup>54</sup> onde as ações são coordenadas pela construção de consensos,<sup>55</sup> através da aceitação da validade dos argumentos presentes nos atos de fala. Esta formação de consensos estaria na base da reprodução simbólica do mundo da vida, introduzindo e marcando não só a cultura, mas as relações sociais e a construção da identidade. Com esta definição, o autor retira do centro do modelo o “dualismo entre exigências da cultura e imperativos de sobrevivência”<sup>56</sup> já que, para a TAC, o conceito de subsistema (entendido como o espaço da exploração econômica e de exercício do poder) “é desenvolvido a partir do conceito de mundo da vida e não se encaixa diretamente e sem mais mediação sobre o conceito de ação”.<sup>57</sup>

O que Habermas afirma, aqui, colocado em termos mais simples, é que, para ele, ao contrário de Marx, e, de certa forma, até do próprio Weber, os conflitos decorrentes das relações econômicas e políticas não são elementos estruturais da sociedade. Pelo contrário, o elemento estrutural é o uso da linguagem em processos argumentativos para a construção de consensos no mundo da vida. Isto explica também, pelo menos em parte, a presença de Durkheim entre os autores clássicos que Habermas adota e critica, já que se trata de um espaço sadio e livre de patologias. Ao fugir das categorias marxistas, Habermas joga a TAC numa espécie de utopia durkhaniana, assolada pelo fantasma das ações racionais com respeito a objetivos de Weber.

O fato é que, a exemplo de outros referenciais metodológicos no campo das ciências humanas, a TAC baseia-se num paradigma específico:

---

<sup>52</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 179.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 438.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 328.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 330.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 330.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 330.



a adoção de um conceito radical e normativo de participação discursiva enquanto critério central para a compreensão de mundo e determinação de conteúdo de verdade. O paradigma central da TAC, esta confiança na capacidade das pessoas, argumentando, constroem consensos verdadeiros em condições de liberdade, cumpre o papel que se espera dele dentro da teoria. O paradigma condiciona todas as categorias no sentido de manter a definição dos diferentes aspectos constitutivos da realidade articulados de forma coerente. E sugere, mesmo que não explicitamente, uma forma de atuação política correta: expandir o espaço de decisões comunicativas, de forma a restringir a importância das ações estratégicas e dos subsistemas dirigidos pelos meios poder e moeda na vida das pessoas.

Habermas pretende demonstrar a existência de um espaço sadio, onde subjetividades intactas, através da busca discursiva de consensos em condições de liberdade, constroem a cultura, a sociedade e a própria personalidade. Em termos simbólicos, ele mostra a porta do Éden. Ele mostra-a, mas não entra. Na verdade, fica a impressão de que além de não entrar, recusa-se a assumir que a mostrou. Esta defesa da existência de um espaço social sadio é, talvez, o maior atrativo da teoria. Um grande número de pesquisadores parece encantado pelas possibilidades desta linha de raciocínio. Uma linha que Habermas deixou de explorar.

### 2.3 Uma ciência defensiva

Habermas recusa-se a dar um passo explícito em direção à utopia da construção de um mundo sadio. Ele defende-se, apontando a natureza concreta e pragmática da ação comunicativa e livra-se de um compromisso explícito com a transformação do real. O final da TAC<sup>58</sup> está todo dedicado às patologias a que estão expostos os filhos e as filhas da modernidade, procurando demonstrar a utilidade de seu modelo para entendê-las melhor. Não fica clara a intenção do autor ao enfatizar os problemas mais urgentes no seio da cultura, das relações sociais e da própria subjetividade. Mas é clara a sua determinação em negar a existência de uma dimensão normativa, ou até mesmo prescritiva, no seu modelo de explicação do real.

Convém ler com atenção os últimos dois parágrafos do livro. Ali, Habermas vai explicar que a categoria ação comunicativa só tem validade *para, e no seio de*, relações históricas.<sup>59</sup> Ou seja, deve ser compreendida a partir de relações dadas na realidade concreta e delimitadas no tempo e no espaço. O curioso é que o autor usa, para sustentar a afirmação, uma

<sup>58</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 544 e segs.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 572.

analogia com a definição de trabalho em Marx, um autor que sabidamente nunca teve problemas para externar qual o caminho correto que a humanidade deve seguir. Habermas comenta o seguinte: “é a própria evolução social a que tem que gerar os problemas que objetivamente abram aos contemporâneos um acesso privilegiado às estruturas gerais do seu mundo da vida”.<sup>60</sup> E termina afirmando que “esta provocadora ameaça (a penetração dos imperativos dos subsistemas autonomizados, burocratização e monetarização, no mundo da vida), um desafio que põe em questão as estruturas simbólicas do mundo da vida *em sua totalidade*, (talvez) explique porque (as estruturas simbólicas do mundo da vida) tornaram-se acessíveis precisamente a nós”.<sup>61</sup>

Esta afirmação lembra a ideia, recorrente no marxismo, de que a humanidade não se coloca problemas que ela mesma não possa resolver. O aspecto problemático, aqui, é que com Marx estamos movendo-nos dentro de um referencial materialista dialético, que pressupõe sempre a realização da síntese revolucionária. Quando a humanidade defronta-se com um *problema*, ele traz em si mesmo a possibilidade de sua superação em função da constituição dialética da realidade. O que é coerente no materialismo dialético, não é tão coerente assim no seio de TAC, ainda mais com as restrições do autor quanto ao fato do modelo prescrever uma linha de intervenção política desejável, no contexto de uma metateoria.

### 3 A estratégia da TAC

#### 3.1 A visão do Éden

É inevitável pensar a questão da utopia na TAC sem especular um pouco:

- a) Habermas, pelo menos na TAC, é intencionalmente evasivo ao lidar com a questão da relação entre o Mundo da Vida e os sistemas.
- b) É impossível que não perceba o forte componente utópico da categoria Mundo da Vida. E Habermas sabe que é tradicional das ciências sociais produzir relatos teóricos que, posteriormente, vão inspirar a intervenção política.
- c) O recurso do respeito à norma jurídica, enquanto limite entre os sistemas e o mundo da vida, que é absoluto na teoria, não é absoluto na própria norma. A lei prevê a desobediência civil e a

<sup>60</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 572.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 572.

revolta popular em condições específicas que possam justificá-las. A TAC parece, assim, mais conservadora que a própria doutrina jurídica. Só não seria se a análise priorizar o paradigma de confiança essencial na construção argumentativa de consensos, que o autor alega não existir.

Ou seja, a TAC parece apresentar uma tensão interna que permite interpretá-la de uma forma mais conservadora (com ênfase na solidariedade, e no respeito à norma constituída) ou emancipadora (através do incentivo à mobilização para subordinar dimensões dos subsistemas à forma consensual de integração social característica do Mundo da Vida).

Uma das dificuldades do funcionalismo, assim como todo referencial com inspiração nas ciências biológicas, quando comparados com as interpretações calcadas em Marx e em Weber, é convencer o leitor da centralidade da categoria solidariedade frente a uma sociedade contemporânea marcada pela violência, crises e primazia da individualidade. Habermas resolve esta dificuldade. Ele torna aceitável um modelo de explicação da sociedade fundamentado na solidariedade, ou seja, um modelo funcionalista. Ele recupera o conceito de ação racional, atribui-lhe uma característica comunicativa e integra-o a uma visão de mundo marcada pela solidariedade. Para conseguir demonstrar a sua veracidade, ele precisa resolver uma fragilidade intrínseca do pensamento de Durkheim: como encontrar na sociedade materialista e violenta que nos rodeia o primado da solidariedade, da harmonia e da tendência ao equilíbrio? Habermas resolve a questão *exilando*, para os subsistemas, as esferas da convivência humana, onde é mais difícil enxergar exemplos de comportamentos solidários: a política e a economia.

Aí, então, ele opera uma inversão de hierarquia, talvez o movimento mais original e audacioso de toda sua teoria: excluída a política e a economia, o que sobra não é apenas o *resto*, não se trata simplesmente de um monte de pessoas conversando à toa e perdendo tempo com atividades ociosas. Este *resto*, ao constituir a base aproblemática essencial ao entendimento, coordenação de ações e socialização,<sup>62</sup> vai ser, para ele, o elemento fundamental que possibilita o funcionamento de toda a vida social.

Habermas isola os espaços da economia e da política, definindo-os como subsistemas dirigidos pelos meios poder e moeda. A consequência prática é que no espaço social, que sobra, é muito mais fácil enxergar a presença da solidariedade. O grande desafio da TAC passa a ser, então,

<sup>62</sup> HABERMAS, 1988, v. II, p. 93 e 94.

convencer o leitor de que este *resto*, com sua solidariedade a tiracolo, não é apenas um simples *resto* sem maior importância no jogo das relações sociais. Esta demonstração constitui o grande desafio do modelo e é onde a TAC deposita todas suas fichas. O mundo da vida é o elemento central e os subsistemas existem, colonizando sua riqueza. Esta descrição do real transmuta uma espécie de utopia organicista que já se realizou no passado, mas que as pessoas têm dificuldade em enxergar, numa utopia em processo de construção frente à tensão que existe entre o aumento da riqueza do mundo da vida e o aumento da complexidade dos subsistemas dirigidos pelos meios. A sugestão de utopia, contida no paradigma da confiança radical na participação discursiva das pessoas, não pode ser objeto de elucubrações sobre o futuro, ou de movimentos de vanguarda, pela simples razão de que ela já se realizou. Ela está contida na definição do mundo da vida enquanto instância social sadia e livre de patologias. A utopia da TAC não está no futuro, mas no passado, na definição da categoria mundo da vida.

### 3.2 A TAC no espelho

Habermas não herda da sociologia francesa apenas o funcionalismo. Ele parece incorporar também uma espécie de lógica cartesiana. A TAC lembra, em certo sentido, uma equação matemática e, como tal, pode ser invertida sem perder seu papel de explicação ampla do real.

A TAC permite pensar dois modelos complementares ou inversos: a *práxis da ação comunicativa* e a *teoria da ação estratégica*.

No primeiro caso, a questão a ser respondida é: qual *práxis* corresponde à TAC? O encaminhamento mais coerente com as fontes do modelo parece apontar para a dimensão educacional, num sentido amplo. Isto pode ser reforçado pelo destaque que Habermas dá ao trabalho de Kohlberg.<sup>63</sup> A *práxis da ação comunicativa* pode ser aproximada ao voluntarismo de ações capilares de diferentes agentes sociais, independentes entre si. O mundo da vida, que está em toda parte, ao alcance das pessoas, pode ter suas relações originais reavivadas pelas mais diversas iniciativas, contrapondo-se ao engodo e à manipulação dos subsistemas. Fica em aberto a questão de como lidar com a característica competitiva das pessoas e a importância da competição, e até mesmo da violência física, na evolução da sociedade.

Com relação a uma *teoria da ação estratégica*, é preciso trabalhar a inversão do modelo de uma forma mais radical. A primeira questão que deve ser destacada é que, para Habermas, aparentemente, política, economia e administração de empresas não constituem campos de

<sup>63</sup> HABERMAS, 1989.

desenvolvimento do pensamento humano. Chama a atenção a ausência, entre os autores citados, de qualquer pesquisador que trabalhe nestes campos. Não há nenhuma referência nem a clássicos como Maquiavel, Adam Smith ou Taylor, e nem tampouco a autores mais novos como Gramsci, Keynes ou Drucker. Fica a impressão que a evolução dos subsistemas dirigidos pelos meios poder e moeda não constituíram, para Habermas, objeto de atenção. São espaços de manipulação que se transformam no tempo, exclusivamente, por se apropriarem da riqueza do mundo da vida.

Não parece justo imaginar que a contribuição teórica de todos estes pesquisadores pode ser resumida à descrição do processo de colonização do mundo da vida. Política, economia e administração constituem campos específicos de pesquisa científica e atendem a todas as exigências que o meio acadêmico aponta como necessárias para seu reconhecimento. O fato é que a TAC, a partir do momento em que define o papel destes campos no seu modelo, recusa-se a estabelecer qualquer tipo de diálogo, refugiando-se atrás da originalidade e riqueza do mundo da vida.

Habermas, ao agir assim, parece tentar evitar conflitos com os próprios colegas. Quando uma pessoa atua no espaço de um subsistema dirigido por um meio não pode ser acusada de agir de má fé, ou de ser mal intencionada, já que se encontra subordinada à sua lógica, ou paradigma no sentido usado por Habermas. O mesmo raciocínio não pode ser aplicado, pelo menos sem mediações, aos intelectuais que trabalham teoricamente para o desenvolvimento de uma maior complexidade dos sistemas. Habermas resolve esta questão passando a impressão, para o leitor, que a expansão dos subsistemas é fruto de uma espécie de evolução *natural* da relação de colonização do mundo da vida, onde não existem intelectuais engajados ativamente.

## Conclusão

A TAC apresenta um paradigma baseado na confiança em que a construção argumentativa de consensos, atendidas exigências formais específicas, chega a proposições dotadas de conteúdo de verdade. Como o lugar em que ocorre esta forma de comunicação é mais amplo e importante que os subsistemas econômicos e políticos, a teoria abre espaço para uma leitura otimista e transformadora da realidade social, que não é explorada em seu interior. Reside aí grande parte de seu encanto.

A TAC, independente das intenções de Habermas, está no mercado também para dar dinheiro e poder ao seu autor e a toda uma rede de profissionais que trabalham com a divulgação científica. O campo está

fortemente profissionalizado e os consumidores apresentam um alto grau de sofisticação. Para que um autor possa ingressar na elite dos grandes vendedores de livros científicos precisa de alianças com as pessoas-chaves dos diferentes grupos de referência que legitimam a produção.<sup>64</sup> Habermas e a TAC, desde esta perspectiva, são exemplos de sucesso.

É preciso reconhecer também que Habermas foi audacioso e que a TAC atende às condições necessárias para ser chamada de teoria. Sua estrutura lembra os labirintos de Jorge Luis Borges, onde os elementos nunca são exatamente o que parecem e as portas nunca levam a um lugar previsível. A miríade de autores citados, as discussões paralelas às questões fundamentais, o ir e vir no tempo ao recuperar os autores apontados como centrais, o exercício de antecipar as críticas prováveis, tudo junto termina por compor uma espécie de cipoal conceitual. É mais um aspecto que a torna interessante. Habermas, na TAC, não omite dados e nem tampouco os usa de forma descontextualizada, ele apresenta todas as informações necessárias para a sua compreensão. Uma teoria é, antes de tudo, uma construção intelectual. A compreensão, mesmo parcial, da estrutura interna da TAC depende de conseguir distinguir suas colunas fundamentais e percebê-las separadas do conjunto arquitetônico mais amplo, e até mesmo dos seus elementos decorativos. A intenção deste artigo, em última instância, é procurar contribuir para a realização dessa tarefa.

## Referências

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Autogestão e Teoria da Ação Comunicativa: gestão, lazer e educação. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

\_\_\_\_\_. *Alianças e grupos de referência na produção de conhecimento: um ensaio sobre os novos desafios para a pesquisa em ciências humanas*. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. I e II.

\_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LADMIRAL, Jean René. Le programme épistémologique de Jürgen Habermas. In: HABERMAS, J. *Connaissance et intérêt*. Paris: Gallimard, 1976.

McCARTHY, Thomas. *La teoría empírica de Jürgen Habermas*. Madrid: Tecnos, 1987.

<sup>64</sup> GUTIERREZ, 2005.

MEAD, George H. *Espíritu, persona y... sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Trad. Florial Mazia. Buenos Aires: Paidós, [s/d.].

WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Trad. Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009.

Recebido em 18 de abril de 2011.

Aprovado para publicação em 13 de janeiro de 2013.